



Proposta da Administração

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
28 de Outubro de 2025 - 10 horas

Proposta da Administração
Apresentação em 25/09/2025
Reapresentação em 24/10/2025

Sumário

I - Comentários dos Diretores - item 2 do FRE	4
II - Proposta da Diretoria para Destinação do Lucro Líquido.....	17
III - Currículos dos candidatos e informações indicadas nos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência.....	21
IV - Proposta de Remuneração - Item 8 do FRE.....	26
V – Proposta de Aumento de Capital e Nova Redação do Estatuto Social	32

Prezados acionistas,

Apresentamos a proposta da administração da Pettenati S.A Indústria Têxtil (“Pettenati” ou “Companhia”), a qual se reunirá em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE), que ocorrerá no dia 28 de outubro de 2025, a partir das 10 horas, de forma digital, através da plataforma eletrônica “Microsoft Teams”, e presencial, na sede da Companhia, localizada na Rodovia Estadual RSC 453, km 2,4, na cidade de Caxias do Sul (RS), para deliberar sobre a Ordem do dia:

Assembleia Geral Ordinária (AGO):

- Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhados do relatório dos auditores independentes e do parecer do conselho fiscal, relativos ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2025;
- Deliberar sobre a proposta de destinação do resultado do exercício;
- Eleger os membros do Conselho de Administração; e conselho fiscal, se for o caso;
- Deliberar sobre a remuneração mensal global dos administradores e do Conselho Fiscal, se eleito;
- Deliberar sobre a participação nos resultados do exercício social findo em 30/06/2025 aos diretores no montante de R\$ 950.000,00.

Assembleia Geral Extraordinária (AGE):

- Deliberar sobre a proposta de aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 16.000.000,00 e em vista disso atualizar o Artigo 5º do Estatuto Social.

O Edital de convocação, as Propostas da Administração, demais informações e orientações detalhadas para a participação da AGOE, também estão à disposição na sede da Pettenati, no site de Relações com Investidores (<https://www.pettenati.com.br/investidores>), e nos sites da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e da B3 (www.b3.com.br).

Atenciosamente,

Os Administradores

I - Comentários dos Diretores - item 2 do FRE

2 Comentário dos diretores

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:

O exercício 2024/2025 representou um marco de resiliência, transformação e compromisso com o futuro da Pettenati. Avançamos de forma consistente na consolidação de nossa posição como referência em inovação, sustentabilidade, governança, eficiência industrial e responsabilidade social, sempre equilibrando crescimento com visão de longo prazo.

Os resultados alcançados refletem um desempenho sólido. A receita bruta ajustada a valor presente consolidada nos doze meses do exercício atingiu R\$ 938,2 milhões, um crescimento de 13,9% sobre o mesmo período do ano anterior, impulsionado pela ampliação de volumes, pela melhora no mix de produtos e pelo desempenho consistente da Pettenati Centro América, que respondeu por uma receita bruta de R\$ 563 milhões, o que representou um acréscimo de 16,5% em relação a 23/24, resultado também favorecido pela valorização de 13,8% do dólar. Outro destaque foi o crescimento de 24,7% nas exportações da Controladora, devido a retomada econômica da Argentina.

O período também foi marcado por importantes ações de relacionamento e posicionamento institucional. No primeiro semestre, promovemos eventos estratégicos em duas regiões-chave — Blumenau (SC) e Caxias do Sul (RS) — reunindo mais de 600 participantes, entre clientes, representantes e parceiros estratégicos.

Essas iniciativas tiveram como objetivo gerar proximidade com nossos clientes, apresentar inovações de produto e reforçar nossos compromissos com moda, sustentabilidade e tecnologia. Integrados ao calendário de ações de marketing e comunicação, esses eventos reforçam nosso posicionamento estratégico de fortalecimento da marca, contribuindo para a geração de valor aos acionistas.

No campo dos investimentos, concluímos a migração para um novo sistema ERP, que eleva nossa governança e integra dados e processos com mais eficiência, além de intensificarmos nosso plano de prevenção a enchentes e proteção de ativos, com obras estruturantes de contenção e drenagem em nossa planta no Rio Grande do Sul.

Também avançamos de forma consistente na agenda ESG, com destaque para a publicação do nosso Relatório de Sustentabilidade GRI, que consolida indicadores, certificações e práticas que refletem a transparência e a governança da companhia. O documento evidencia nosso compromisso com metas ambientais, sociais e de governança, e reforça a Pettenati como uma referência no setor têxtil em sustentabilidade e responsabilidade corporativa.

A Pettenati chega a este momento com fundamentos financeiros sólidos, endividamento de longo prazo e ampla capacidade de investimento para sustentar a otimização e digitalização de processos e o crescimento de capacidade em novas linhas de produtos. Seguimos com confiança na execução de nosso planejamento estratégico, mantendo o foco em ampliar participação de mercado, fortalecer a competitividade internacional e gerar valor consistente para todos os nossos stakeholders.

Mercado e Vendas

Controladora:

A receita bruta da Controladora (PTBR) acumulada no exercício 24/25 foi de R\$ 375,2 milhões, apresentando um acréscimo de 16,7% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Tecidos: A receita da operação de tecidos foi de R\$ 288,3 milhões, sendo 14,4% maior que o exercício anterior, com um volume faturado de 4.301 toneladas, 5,2% maior que o mesmo período do ano anterior. Isso foi consequência de uma série de fatores combinados, conforme mencionamos ao longo do exercício 24/25, mas principalmente pela ampliação nos volumes, pela melhora no mix de produtos e pelo desempenho consistente.

Confecção: o faturamento da confecção totalizou R\$ 86,9 milhões, representando uma redução de 1,4% em comparação com o mesmo período do ano anterior. O principal fator relacionado a queda no faturamento, deve-se a uma redução pontual de 4,1% no volume de vendas, em contrapartida o preço médio melhorou em 2,8% influenciado pela composição do mix de produtos vendidos.

Com o aumento da receita de tecidos e diminuição da receita de confecção a participação no total da receita bruta da PTBR no ano 24/25 passou a ser de 23,2% da confecção e 76,8% de tecidos.

Consolidado:

A receita bruta consolidada da Companhia no acumulado do período 24/25 atingiu o montante de R\$ 938,2 milhões em comparação aos R\$ 823,5 milhões do período anterior, registrando um aumento de 13,9%. A receita da Controladora de R\$ 375,2 milhões representou 40% do montante da receita consolidada da Pettenati.

A Controlada Pettenati Centro América S.A. de C.V (PTCA) apresentou uma receita bruta de R\$ 563 milhões, o que representou um acréscimo de 16,5% em relação ao mesmo período de 23/24. Nesse período, a taxa média do dólar em relação ao mesmo período do ano anterior apresentou um aumento de 13,8%. Desta forma, observamos que o maior impacto no faturamento em reais deve-se à variação cambial, pois o aumento da receita bruta em dólar foi de 2,4% no período.

Resultados

Consolidado:

O lucro líquido da Companhia atingiu o montante de R\$ 42,5 milhões, comparado aos R\$ 19,2 milhões do período anterior, representando aumento de R\$ 23,3 milhões. O percentual de lucro líquido em relação à receita líquida da companhia foi de 5%, considerando a receita consolidada, com um acréscimo de 2,6 p.p. em relação ao período de 23/24. Destacamos que esse resultado foi impactado negativamente pelas despesas com a enchente na controlada que totalizaram R\$ 9 milhões, e positivamente pelos ganhos tributários incluindo IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 16,0 milhões.

b) Estrutura de capital

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Controladora

A Controladora encerrou 24/25 com um endividamento total de R\$ 223,7 milhões, em comparação com os R\$ 72,7 milhões do final do exercício anterior, apresentando um acréscimo de R\$ 151 milhões. O incremento da dívida bruta deu-se por conta das operações de captações de recursos efetuadas no 1T 24/25, sendo:

1. R\$ 100 milhões referente a operação de debenture com o banco Itaú BBA;
2. R\$ 50 milhões de capital de giro com o banco Santander;
3. R\$ 20,4 milhões referente a liberação de parcela de linha de crédito concedida pela FINEP;

O endividamento líquido encerrou o exercício de 24/25 em R\$ 66 milhões, também impactado pelas captações de recursos citadas anteriormente, representando um aumento de R\$ 54,5 milhões quando comparado com os R\$ 11,5 milhões do 4T 23/24.

Consolidado

A Companhia encerrou 24/25, com um endividamento bruto consolidado de R\$ 366,7 milhões, em comparação aos R\$ 261,2 milhões do exercício anterior, um acréscimo de R\$ 105,5 milhões em relação ao final de 23/24. Esse aumento está relacionado com as captações efetuadas no período e estratégia de reperfilamento da dívida, mantendo a dívida de curto prazo para 24% no 4T 24/25, mesmo percentual do 4T 23/24. Desta forma, a Pettenati posiciona 76% da sua dívida no longo prazo, com amortização até o ano de 2037.

No final do exercício 24/25, o endividamento líquido consolidado ficou em R\$ 122,1 milhões, um aumento de R\$ 31,8 milhões em relação ao exercício anterior. O índice de alavancagem consolidado encerrou o período em 1,3x (Dívida Líquida/EBITDA dos últimos doze meses), apresentando pequena variação no índice em relação a 1,3x do mesmo período do exercício anterior. Destacamos o desempenho estável do indicador nos últimos trimestres, o que demonstra a saúde financeira e capacidade de geração de caixa e liquidação total das suas dívidas no curto prazo.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:

A Companhia utiliza recursos próprios e linhas com prazo médio de curto e longo prazos junto a instituições financeiras.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Não temos expectativa de deficiência de liquidez, porém, caso seja necessário, podemos dispor de linhas de crédito de curto e longo prazos junto a instituições financeiras comerciais dentro de limites já pré-aprovados e disponíveis para tomada.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeira

Garantias	Modalidade	Indexador	Juros	Vencimento	Controladora		Consolidado	
					30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Moeda Nacional					126.918.483	70.450.561	126.918.483	70.450.561
Aval	NCE	CDI	2,14% a.a.	2024	-	1.744.847	-	1.744.847
Aval	Capital de Giro	CDI	2,58% a.a.	2024	-	2.078.214	-	2.078.214
Aval	CPRF	CDI	2,18 % a.a.	2025	3.441.975	10.257.084	3.441.975	10.257.084
Aval	CCB	CDI	2,35 % a.a.	2025	1.691.368	5.078.808	1.691.368	5.078.808
Aval	CCB	CDI	2,00% a.a.	2028	14.440.179	15.458.614	14.440.179	15.458.614
Aval	CCB	CDI	1,87% a.a.	2030	5.1035.399	-	5.1035.399	-
Aplicação financeira	CCB	CDI	0,00% a.a.	2026	5.411.833	5.356.746	5.411.833	5.356.746
Carta Fiança	FINEP	TR	4,65% a.a.	2037	50.897.729	30.476.248	50.897.729	30.476.248
Moeda Estrangeira					802.875	2.233.012	143.764.021	190.772.105
Aval	Loan 4B1		0,86% a.a.	2025	802.875	2.233.012	802.875	2.233.012
Promissória	Capital de Giro		7,00% a.a.	2027	-	-	27.137.394	37.947.728
Promissória	Capital de Giro		7,10% a.a.	2027	-	-	32.799.922	44.548.842
Promissória	Capital de Giro		7,00% a.a.	2028	-	-	83.023.830	106.042.523
Total					127.721.358	72.683.573	270.682.504	261.222.666
Passivo circulante					20.506.377	18.659.712	67.086.278	62.697.066
Passivo não circulante					107.214.981	54.023.861	203.596.226	198.525.600
Debêntures								
Moeda Nacional					96.010.465	-	96.010.465	-
Aval	Debêntures	CDI	1,55% a.a.	2030	96.010.465	-	96.010.465	-
Total					96.010.465	-	96.010.465	-
Passivo circulante					22.537.930	-	22.537.930	-
Passivo não circulante					73.472.535	-	73.472.535	-

Os empréstimos em dólares, constantes do consolidado, são oriundos da Controlada Pettenati Centro América S.A. de C.V. e serão por essa liquidados, quando de seus vencimentos, em dólares norte-americanos. Tais empréstimos no final de cada exercício correspondem a:

	30/06/2025	30/06/2024
Dólares	26.197.274	33.916.619

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não há grau de subordinação entre as dívidas do emissor.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Não há restrições impostas ao emissor, à exceção da hipoteca do imóvel localizado em El Salvador, oferecida em garantia a financiamentos obtidos naquele país, que vem sendo cumprida integralmente.

g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não há limites de utilização dos financiamentos já contratados. As linhas normalmente são para capital de giro, podendo ser utilizadas sem comprovação.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As principais alterações a destacar no balanço consolidado estão relacionadas abaixo:

Conta	30/06/2025	30/06/2024	Varição
Caixa e equivalentes de caixa	236.167.073	163.398.300	Aumento
Clientes	106.513.054	92.421.748	Aumento
Contas a receber de partes relacionadas	21.949.171	22.870.783	Diminuição
Estoques	164.279.584	140.952.383	Aumento
Imobilizado	432.951.635	421.431.579	Aumento
Empréstimos e financiamentos (curto prazo)	89.624.208	62.697.066	Aumento
Empréstimos e financiamentos (longo prazo)	277.068.761	198.525.600	Aumento

Caixa e equivalente de caixa: a Companhia apresentou um aumento do caixa e equivalentes, com fluxo de caixa previsto para liquidações de empréstimos e ingresso de clientes

Clientes: reflexo do aumento no faturamento do último trimestre, da Pettenati El Salvador, e para o caso do Brasil devido a abertura de exportações para Argentina.

Contas a receber partes relacionadas: refere-se exclusivamente a operação de venda de mercadorias para as empresas que a Pettenati Centro América participa, Supertex El Salvador S.A de C.V. e Supertex Lourdes S.A. de C.V.

Estoques: A elevação do valor dos estoques é atribuída a uma combinação de fatores operacionais, estratégicos e econômicos. A empresa optou por reforçar os estoques de itens considerados estratégicos, principalmente em razão da demanda prevista para o período seguinte. Além disso, a posição de estoque no ano anterior foi impactada pela redução das atividades nos meses de maio e junho, em decorrência das enchentes, o que contribuiu para um comparativo com base reduzida.

Imobilizado: O aumento nessa linha se deve à modernização e otimização da eficiência produtiva do parque fabril. Como por exemplo a finalização do projeto de armazém inteligente entre outros.

Empréstimos e financiamentos: A companhia elevou o nível de captação de recursos, mas com estratégia de alongamento da dívida e redução dos custos de empréstimos. Tivemos uma redução nos empréstimos de curto prazo e um aumento na conta de longo prazo. Porém o endividamento líquido da Pettenati teve uma redução significativa em relação ao final do exercício anterior.

2.2. Os diretores devem comentar

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

- i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita**
- ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**

A receita bruta da Controladora (PTBR) acumulada no exercício 24/25 foi de R\$ 375,2 milhões, apresentando um aumento de 10,3% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Tecidos: A receita da operação de tecidos foi de R\$ 288,3 milhões, sendo 14,4% maior que o exercício anterior, com um volume faturado de 4.301 toneladas, 5,2% maior que o mesmo período do ano anterior. Isso foi consequência de uma série de fatores combinados, conforme mencionamos ao longo do exercício 24/25, mas principalmente pela ampliação nos volumes, pela melhora no mix de produtos e pelo desempenho consistente.

Confecção: o faturamento da confecção totalizou R\$ 86,9 milhões, representando uma redução de 1,4% em comparação com o mesmo período do ano anterior. O principal fator relacionado a queda no faturamento, deve-se a uma redução

pontual de 4,1% no volume de vendas, em contrapartida o preço médio melhorou em 2,8% influenciado pela composição do mix de produtos vendidos.

Com o aumento da receita de tecidos e diminuição da receita de confecção a participação no total da receita bruta da PTBR no ano 24/25 passou a ser de 23,2% da confecção e 76,8% de tecidos.

A Controlada Pettenati Centro América S.A. de C.V (PTCA) apresentou uma receita bruta de R\$ 563 milhões, o que representou um acréscimo de 16,5% em relação ao mesmo período de 23/24. Nesse período, a taxa média do dólar em relação ao mesmo período do ano anterior apresentou um aumento de 13,8%. Desta forma, observamos que o maior impacto no faturamento em reais deve-se à variação cambial, pois o aumento da receita bruta em dólar foi de 2,4% no período.

A receita bruta ajustada a valor presente consolidada da Companhia no acumulado do período 24/25 atingiu o montante de R\$ 938,2 milhões em comparação aos R\$ 823,5 milhões do período anterior, registrando um aumento de 13,9%. A receita da Controladora de R\$ 375,2 milhões representou 40% do montante da receita consolidada da Pettenati.

O EBITDA da Controladora atingiu R\$ 44,1 milhões no acumulado de 24/25, registrando um acréscimo de R\$ 15,5 milhões comparado ao mesmo período do ano anterior. Esse crescimento foi impulsionado pela recuperação de créditos tributários e pela maior eficiência operacional ao longo do período. A margem do EBITDA foi de 14,8%, apresentando um acréscimo de 4,4 p.p. em relação ao mesmo período de 23/24.

O EBITDA consolidado atingiu o valor de R\$ 92,9 milhões, um aumento de R\$ 20,6 milhões comparado ao resultado do mesmo período do exercício anterior, que foi de R\$ 72,2 milhões. A margem do EBITDA consolidado atingiu 10,9%, apresentando um aumento de 1,2 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.

A Companhia encerrou 24/25, com um endividamento bruto consolidado de R\$ 366,7 milhões, em comparação aos R\$ 261,2 milhões do exercício anterior, um acréscimo de R\$ 105,5 milhões em relação ao final de 23/24. Esse aumento está relacionado com as captações efetuadas no período e estratégia de reperfilamento da dívida, mantendo a dívida de curto prazo em 24% no 4T 24/25, mesmo percentual do 4T 23/24. Desta forma, a Pettenati posiciona 76% da sua dívida no longo prazo, com amortização até o ano de 2037.

No final do exercício 24/25, o endividamento líquido consolidado ficou em R\$ 122,1 milhões, um aumento de R\$ 31,8 milhões em relação ao exercício anterior. O índice de alavancagem consolidado encerrou o período em 1,3x (Dívida Líquida/EBITDA dos últimos doze meses), apresentando pequena variação no índice em relação a 1,3x do mesmo período do exercício anterior. Destacamos o desempenho estável do indicador nos últimos trimestres, o que demonstra a saúde financeira e capacidade de geração de caixa e liquidação total das suas dívidas no curto prazo.

O lucro líquido da Companhia atingiu o montante de R\$ 42,5 milhões, comparado aos R\$ 19,2 milhões do período anterior, representando um aumento de R\$ 23,3 milhões. O percentual de lucro líquido em relação à receita líquida da companhia foi de 5%, considerando a receita consolidada, com um acréscimo de 2,4 p.p. em relação ao período de 23/24. Destacamos que esse resultado foi impactado negativamente pelas despesas da enchente na controlada que totalizaram R\$ 9 milhões, e positivamente pelos ganhos tributários incluindo IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 16,0 milhões.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Não há.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Os instrumentos financeiros da Companhia estão basicamente representados na contabilidade pelas contas ativas de caixa, equivalentes de caixa e clientes; pelas contas passivas de fornecedores, instituições financeiras, as quais estão avaliadas a valores justos de realização, tendo como base metodologias de avaliação estabelecidas nos contratos específicos.

Quanto aos fatores de risco de mercado que poderiam afetar os negócios, eles estão apresentados da seguinte forma:

Aplicações financeiras: estão distribuídas no mercado bancário em instituições tradicionais solidamente estabelecidas.

Clientes: são adotados procedimentos de seletividade e análises para limites de créditos mantendo provisão suficiente para minimizar eventuais perdas.

Riscos com taxa de câmbio: decorrem da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas ou ganhos por conta das flutuações nas cotações das moedas estrangeiras. Os valores relacionados na tabela abaixo representam parte dos saldos contabilizados, não sendo possível a conciliação com os valores apresentados no balanço.

Controladora				
30/06/2025				
	R\$	US\$	E\$	JPY\$
Clientes	3.464.004	634.770	-	-
Numerários em andamento	593.767	108.818	-	-
Adiantamento a fornecedores	4.053.569	537.220	159.989	-
Total Ativo	8.111.340	1.280.808	159.989	-
Fornecedores	(5.787.491)	(2.164)	(486.958)	(69.972.000)
Empréstimos	(802.875)	-	(125.000)	-
Adiantamento de clientes	(114.028)	(20.895)	-	-
Total Passivo	(6.704.394)	(23.059)	(611.958)	(69.972.000)
Exposição líquida	1.406.946	1.257.749	(451.969)	(69.972.000)

Derivativos: A Controladora utiliza instrumentos derivativos com o objetivo de proteger suas operações de importação, exportação e o recebimento de dividendos de sua controlada. Os ganhos ou perdas provenientes dessas operações (resultado financeiro) são reconhecidos por competência no resultado. Os contratos de hedge relacionados à importação têm seu valor desembolsado no momento da formalização, sendo registrados no ativo.

Os contratos de hedge voltados para exportação são contabilizados pelo seu valor justo. A Administração da Companhia monitora continuamente os instrumentos financeiros derivativos. Abaixo, são apresentados os saldos dos contratos, bem como os ganhos e perdas registrados nos exercícios:

Valores em 30/06/2025						
Vencimentos	Operação	Valor contratado em US\$	Valor contratado em R\$	Ganhos / (perdas) R\$	Ganhos / (perdas) US\$	Operações
jul/25	Trava exportação	500.000	2.870.000	48.832	8.948	Vendas futuras
out/25	Trava exportação	300.000	1.713.000	40.503	7.422	Vendas futuras
out/25	Trava exportação	300.000	1.729.500	140.520	25.750	Vendas futuras
nov/25	Trava exportação	500.000	2.995.000	571.700	104.763	Vendas futuras
mar/26	Trava exportação	300.000	1.557.000	(272.726)	(49.976)	Vendas futuras
jul/30	Swap	-	60.000.000	150.005	27.488	Empréstimos
Total		1.900.000	70.864.500	678.834	124.395	

Análise de sensibilidade adicional

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar variações materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela administração, considerando um horizonte de 12 meses.

Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados que, caso ocorram, possam gerar resultados adversos para a Companhia, sendo o cenário II uma possível deterioração ou aumento de 25% e o cenário III uma deterioração de 50%, com base na Instrução CVM n. 475/08.

		Controladora				
		Cenário Atual	Cenário I 25%	Cenário I -25%	Cenário II 50%	Cenário II -50%
Taxa de juros DI	Valor contábil	14,90%	18,63%	11,18%	22,35%	7,45%
Empréstimos	(223.731.823)	(33.620.037)	(41.670.052)	(25.002.031)	(50.004.062)	(16.668.021)
Aplicações financeiras	156.731.257	23.352.957	29.191.197	17.514.718	35.029.436	11.676.479
	(67.000.566)	(10.267.080)	(12.478.855)	(7.487.313)	(14.974.626)	(4.991.542)

Posicionamento Financeiro

ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO

ENDIVIDAMENTO (R\$ mil)	Controladora					Consolidado				
	4º Trim 24/25	3º Trim 24/25	2º Trim 24/25	1º Trim 24/25	4º Trim 23/24	4º Trim 24/25	3º Trim 24/25	2º Trim 24/25	1º Trim 24/25	4º Trim 23/24
Caixa e bancos	979	9.167	867	2.313	2.132	49.672	55.570	49.833	45.303	61.891
Aplicações financeiras	156.731	145.771	184.054	215.751	58.983	194.931	197.451	252.169	264.784	109.013
Empréstimos de curto prazo	43.044	44.264	45.307	38.260	18.660	89.624	92.689	96.888	83.057	62.697
Empréstimos de longo prazo	180.688	183.141	199.383	201.648	54.024	277.069	294.071	329.124	324.529	198.526
Dívida Bruta	223.732	227.405	244.690	239.908	72.684	366.693	386.760	426.012	407.586	261.223
Dívida Líquida	66.021	72.466	59.769	21.844	11.568	122.090	133.738	124.010	97.499	90.319
Ebitda LTM*	44.085	40.082	22.636	11.235	1.845	92.880	93.895	85.276	82.822	72.227
Dívida Líquida / EBITDA LTM*	1,5x	1,8x	2,6x	1,9x	6,3x	1,3x	1,4x	1,5x	1,2x	1,3x

* LTM: EBITDA Acumulado último 12 meses

A Controladora encerrou 24/25 com um endividamento total de R\$ 223,7 milhões, em comparação com os R\$ 72,7 milhões do final do exercício anterior, apresentando um acréscimo de R\$ 151 milhões. O incremento da dívida bruta deu-se por conta das operações de captações de recursos efetuadas no 1T 24/25, sendo:

1. R\$ 100 milhões referente a operação de debenture com o banco Itaú BBA;
2. R\$ 50 milhões de capital de giro com o banco Santander;
3. R\$ 20,4 milhões referente a liberação de parcela de linha de crédito concedida pela FINEP;

No consolidado, A Companhia encerrou 24/25, com um endividamento bruto consolidado de R\$ 366,7 milhões, em comparação aos R\$ 261,2 milhões do exercício anterior, um acréscimo de R\$ 105,5 milhões em relação ao final de 23/24. Esse aumento está relacionado com as captações efetuadas no período e estratégia de reperfilamento da dívida, mantendo a dívida de curto prazo 24% no 4T 24/25, mesmo percentual do 4T 23/24. Desta forma, a Pettenati posiciona 76% da sua dívida no longo prazo, com amortização até o ano de 2037.

No final do exercício 24/25, o endividamento líquido consolidado ficou em R\$ 122,1 milhões, um aumento de R\$ 31,8 milhões em relação ao exercício anterior. O índice de alavancagem consolidado encerrou o período em 1,3x (Dívida Líquida/EBITDA dos últimos doze meses), apresentando pequena variação no índice em relação a 1,3x do mesmo período do exercício anterior. Destacamos o desempenho estável do indicador nos últimos trimestres, o que demonstra a saúde financeira e capacidade de geração de caixa e liquidação total das suas dívidas no curto prazo.

EBITDA

EBITDA (R\$ mil)	Controladora			Consolidado		
	2024/2025	2023/2024	VAR. %	2024/2025	2023/2024	VAR. %
Lucro Líquido	42.498	19.211	121,2%	42.498	19.211	121,2%
Minoritários	-	-	n/a	15.271	14.761	3,5%
IRPJ e CSLL	(8.253)	3.556	-332,1%	(8.224)	3.560	-331,0%
Resultado Financeiro Líquido	(2.568)	(4.834)	-46,9%	5.356	1.990	169,1%
EBIT	31.676	17.932	76,6%	54.900	39.522	38,9%
Depreciações e Amortizações	12.409	10.631	16,7%	37.980	32.705	16,1%
EBITDA	44.085	28.563	54,3%	92.880	72.227	28,6%
Margem EBITDA	14,8%	10,4%	4,4 p.p	10,9%	9,7%	1,2 p.p

Controladora

O EBITDA da Controladora atingiu R\$ 44,1 milhões no acumulado de 24/25, registrando um aumento de R\$ 15,5 milhões comparado ao mesmo período do ano anterior. Esse crescimento foi impulsionado pela recuperação de créditos tributários e pela maior eficiência operacional ao longo do período. A margem do EBITDA foi de 14,8%, apresentando acréscimo de 4,4 p.p. em relação ao mesmo período de 23/24.

Consolidado

O EBITDA da Controlada foi de R\$ 48,8 milhões em 24/25, um acréscimo de R\$ 5,1 milhões comparado ao mesmo período do ano anterior. A margem EBITDA da controlada PTCA foi de 8,8% no acumulado do ano 24/25 apresentando uma redução de 0,4 p.p em relação ao mesmo período do ano anterior. O EBITDA consolidado atingiu o valor de R\$ 92,9 milhões, um aumento de R\$ 20,6 milhões comparado ao resultado do mesmo período do exercício anterior, que foi de R\$ 72,2 milhões. A margem do EBITDA consolidado atingiu 10,9%, apresentando aumento de 1,2 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.

Resultados

O lucro líquido da Companhia atingiu o montante de R\$ 42,5 milhões, comparado aos R\$ 19,2 milhões do exercício anterior, representa um aumento de R\$ 23,3 milhões. O percentual de lucro líquido em relação à receita líquida da companhia foi de 5%, considerando a receita consolidada, com um aumento de 2,4 p.p. em relação ao período de 23/24. Destacamos que esse

resultado foi impactado negativamente pelas despesas da enchente na controlada que totalizaram R\$ 9 milhões, e positivamente pelos ganhos tributários incluindo IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 16 milhões.

2.3. Os diretores devem comentar

a. Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não houve alterações nas políticas contábeis no exercício. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

b. Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não houveram ressalvas ou ênfases no relatório dos auditores

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não se aplica.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não se aplica

c. Eventos ou operações não usuais

Nada a destacar

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

Selecionamos abaixo, alguns indicadores econômicos e financeiros para a análise do desempenho consolidado da empresa:

a. Indicadores Operacionais

Principais Números (R\$ mil)	Controladora			Consolidado		
	2024/2025	2023/2024	VAR. %	2024/2025	2023/2024	VAR. %
Receita Bruta Total	375.218	340.262	10,3%	938.264	823.461	13,9%
Receita Bruta Tecidos	288.304	252.080	14,4%	851.350	735.279	15,8%
Receita Bruta Confecções	86.914	88.182	-1,4%	86.914	88.182	-1,4%
Receita Mercado Interno	350.845	320.724	9,4%	350.845	320.724	9,4%
Receita Mercado Externo	24.373	19.538	24,7%	587.419	502.737	16,8%
Receita Líquida	297.684	274.943	8,3%	854.123	746.450	14,4%
Lucro Bruto	59.378	44.329	34,0%	137.889	113.842	21,1%
Margem Bruta	19,9%	16,1%	3,8 p.p	16,1%	15,3%	0,8 p.p
Lucro Líquido	42.498	19.211	121,2%	42.498	19.211	121,2%
Margem Líquida	14,3%	7,0%	7,3 p.p	5,0%	2,6%	2,4 p.p
Ebitda	44.085	28.563	54,3%	92.880	72.227	28,6%
Margem Ebitda	14,8%	10,4%	4,4 p.p	10,9%	9,7%	1,1 p.p
Patrimônio Líquido	421.011	397.417	5,9%	510.135	481.583	5,9%
Investimentos	33.669	16.809	100,3%	56.048	23.871	134,8%
Endividamento Líquido	66.021	11.568	470,7%	122.090	90.319	35,2%

b. Indicadores Financeiros

ENDIVIDAMENTO (R\$ mil)	Controladora					Consolidado				
	4º Trim 24/25	3º Trim 24/25	2º Trim 24/25	1º Trim 24/25	4º Trim 23/24	4º Trim 24/25	3º Trim 24/25	2º Trim 24/25	1º Trim 24/25	4º Trim 23/24
Caixa e bancos	979	9.167	867	2.313	2.132	49.672	55.570	49.833	45.303	61.891
Aplicações financeiras	156.731	145.771	184.054	215.751	58.983	194.931	197.451	252.169	264.784	109.013
Empréstimos de curto prazo	43.044	44.264	45.307	38.260	18.660	89.624	92.689	96.888	83.057	62.697
Empréstimos de longo prazo	180.688	183.141	199.383	201.648	54.024	277.069	294.071	329.124	324.529	198.526
Dívida Bruta	223.732	227.405	244.690	239.908	72.684	366.693	386.760	426.012	407.586	261.223
Dívida Líquida	66.021	72.466	59.769	21.844	11.568	122.090	133.738	124.010	97.499	90.319
Ebitda LTM*	44.085	40.082	22.636	11.235	1.845	92.880	93.895	85.276	82.822	72.227
Dívida Líquida / EBITDA LTM*	1,5x	1,8x	2,6x	1,9x	6,3x	1,3x	1,4x	1,5x	1,2x	1,3x

* LTM: EBITDA Acumulado último 12 meses

c. EBITDA

O EBITDA, representa quanto uma empresa gera de recursos através de suas atividades operacionais, sem contar impostos, depreciação/amortização e outros efeitos financeiros. É importante pois nos possibilita não analisar apenas o resultado final da organização, e sim o processo como um todo. Deve ser utilizado e analisado em conjunto com os demais indicadores financeiros em termos de análise da empresa e do andamento dos negócios.

O EBITDA da Controladora atingiu R\$ 44,1 milhões no acumulado de 24/25, registrando um aumento de R\$ 15,5 milhões comparado ao período anterior. A margem do EBITDA foi de 14,8%, apresentando um acréscimo de 4,4 p.p. em relação ao mesmo período de 23/24.

O EBITDA da Controlada foi de R\$ 48,8 milhões em 24/25, um acréscimo de R\$ 5,1 milhões comparado ao mesmo período do ano anterior. A margem EBITDA da controlada PTCA foi de 8,8% no acumulado do ano 24/25 apresentando uma redução de 0,4 p.p em relação ao mesmo período do ano anterior. O EBITDA consolidado atingiu o valor de R\$ 92,9 milhões, um aumento de R\$ 20,6 milhões comparado ao resultado do mesmo período do exercício anterior, que foi de R\$ 72,2 milhões. A margem do EBITDA consolidado atingiu 10,9%, apresentando aumento de 1,2 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.

EBITDA (R\$ mil)	Controladora			Consolidado		
	2024/2025	2023/2024	VAR. %	2024/2025	2023/2024	VAR. %
Lucro Líquido	42.498	19.211	121,2%	42.498	19.211	121,2%
Minoritários	-	-	n/a	15.271	14.761	3,5%
IRPJ e CSLL	(8.253)	3.556	-332,1%	(8.224)	3.560	-331,0%
Resultado Financeiro Líquido	(2.568)	(4.834)	-46,9%	5.356	1.990	169,1%
EBIT	31.676	17.932	76,6%	54.900	39.522	38,9%
Depreciações e Amortizações	12.409	10.631	16,7%	37.980	32.705	16,1%
EBITDA	44.085	28.563	54,3%	92.880	72.227	28,6%
Margem EBITDA	14,8%	10,4%	4,4 p.p	10,9%	9,7%	1,2 p.p

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Não há.

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

a. regras sobre retenção de lucros

Do resultado do exercício, após as deduções legalmente previstas, será retirada parcela destinada à participação dos administradores no lucro, observados os limites definidos em lei, e cujo pagamento ficará condicionado à efetiva atribuição aos acionistas do dividendo obrigatório estipulado neste artigo, sendo o lucro líquido remanescente, assim distribuído: (a) 5% (cinco por cento) para a constituição de Reserva Legal e que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social; (b) do saldo remanescente, ajustado na forma da lei, 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento de dividendos aos acionistas; e (c) o saldo,

se for o caso, que não for apropriado à reserva de que trata o parágrafo único abaixo, ou retido na forma prevista em orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral, será destinado para pagamento de dividendo suplementar aos acionistas. Parágrafo único: A Reserva para Aumento de Capital, Investimentos e Capital de Giro terá por finalidade assegurar investimentos em bens do imobilizado e acréscimo do capital de giro. Será formada com o saldo do lucro ajustado após dele deduzido o dividendo obrigatório e terá como limite máximo importe que não poderá exceder, em conjunto com a reserva legal, o valor do capital social. A Assembleia Geral, quando entender suficiente o valor da dita reserva estatutária, poderá destinar o excesso para distribuir dividendos ou para aumento de capital.

b. regras sobre distribuição de dividendos

Do resultado do exercício, após as deduções legalmente previstas, será retirada parcela destinada à participação dos administradores no lucro, observados os limites definidos em lei, e cujo pagamento ficará condicionado à efetiva atribuição aos acionistas do dividendo obrigatório estipulado neste artigo, sendo o lucro líquido remanescente, assim distribuído: (a) 5% (cinco por cento) para a constituição de Reserva Legal e que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social; (b) do saldo remanescente, ajustado na forma da lei, 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento de dividendos aos acionistas; e (c) o saldo, se for o caso, que não for apropriado à Reserva para Aumento de Capital, Investimentos e Capital de Giro, conforme definido no art. 41, parágrafo único do estatuto social, ou retido na forma prevista em orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral, será destinado para pagamento de dividendo suplementar aos acionistas (art. 42 do estatuto social). As ações preferenciais não terão direito a voto, mas receberão um dividendo fixo, não cumulativo de 12% (doze por cento) ao ano, sobre o equivalente ao seu valor nominal, ou seja, sobre o produto da divisão do capital social pelo número de ações existentes (art. 5º, § 1º do estatuto social); Assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias (art. 5º, § 5º do estatuto social).

c. periodicidade das distribuições de dividendos

O pagamento do dividendo será efetuado no prazo máximo de 60 dias, após a realização da Assembleia que aprovar as Demonstrações Financeiras, salvo se esta deliberar em contrário, porém, em qualquer caso, dentro do exercício social.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não há nenhuma restrição à distribuição de dividendos aplicável à Companhia.

e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Não há nenhuma política formal aprovada. A destinação se baseia no estatuto da Companhia.

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não aplicável

ii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não se aplica

iii. Contratos de construção não terminada

Não se aplica

iv. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não se aplica

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica.

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou

outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não se aplica.

b. Natureza e o propósito da operação

Não se aplica.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não se aplica.

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

O montante investido pela Controladora no acumulado de 24/25 foi de R\$ 33,7 milhões, o que representa um acréscimo de 100,3% em relação ao mesmo período do ano anterior, quando foram investidos R\$ 16,8 milhões. O total investido na Controlada em 24/25 foi de R\$ 22,3 milhões, um crescimento de 217% em relação ao exercício anterior, quando foram investidos R\$ 7,1 milhões. Os investimentos foram direcionados à modernização e otimização da eficiência produtiva do parque fabril, sistema de informações, além de obras de melhorias para contenção e prevenção de enchentes na fábrica de PTBR.

Segue especificação dos investimentos realizados no exercício:

INVESTIMENTOS (R\$ mil)	Controladora	Consolidado
	2024/2025	2024/2025
Imóveis	-	106
Máquinas e equipamentos	2.776	16.985
Instalações	19	2.032
Móveis e utensílios	592	3.327
Equipamento fotovoltaico	-	1.346
Equipamentos de informática	443	1.718
Imobilizado/Intangível em Andamento	29.684	29.684
Outros	156	850
Total	33.669	56.048

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

As fontes de financiamento destes investimentos foram a própria geração de caixa, o financiamento direto com fornecedores e o capital de giro da empresa. A Companhia também obteve aprovação de financiamento junto à Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (“Financiamento”) para a consecução de investimentos.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não se aplica.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não se aplica.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não se aplica.

ii. Montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não se aplica.

iv. Montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Não se aplica.

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Nada a comentar.

II - Proposta da Diretoria para Destinação do Lucro Líquido

Proposta da Diretoria Anexo A Resolução CVM 81/22

1. Informar o lucro líquido do exercício

No exercício findo em 30 de junho de 2025, a Companhia registrou lucro ajustado de R\$ 42.870.395.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.

Descrição	30/06/2025
Lucro Líquido	42.497.560
Realização Custo Atribuído	298.532
Realização da Reserva de Reavaliação	74.303
Total a Destinar	42.870.395
Destinações Propostas	42.870.395
Reserva Legal	2.124.878
Base de cálculo para distribuição de dividendos sobre o capital social	100.000.000
Dividendos (0,249758109 por ação preferencial e ordinária)	12.000.000
Constituição das reservas	30.133.792
Reserva Legal	2.124.878
Reserva de Aumento de Capital, Investimentos e Capital de Giro	28.008.914

Remuneração Total aos Acionistas	12.736.602
Juros Sobre o Capital Próprio	6.736.602
IRRF Juros Sobre o Capital Próprio	(736.602)
Juros Sobre o Capital Próprio líquido	6.000.000
Dividendos líquidos a pagar	6.000.000
Remuneração Total aos Acionistas Líquida	12.000.000

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído.

O percentual proposto para distribuição corresponde a 12% do Capital Social.

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

Não estão sendo propostos dividendos com base em lucros de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

- a. O valor bruto de dividendos e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.

		Ações	
		Preferenciais	Ordinárias
JSCP	Montante total proposto bruto	R\$ 4.490.868	R\$ 2.245.734
	Montante proposto por ação	0,140210092	0,140210092
Dividendos	Montante total proposto bruto	R\$ 3.999.822	R\$ 2.000.178
	Montante proposto por ação	0,124879055	0,124879055

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

A forma de pagamento será mediante crédito em conta bancária do acionista, cadastrada junto ao banco escriturador das ações da Companhia. O prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio serão definidos na AGOE no ato da aprovação.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.

Não há incidência de atualização de juros sobre dividendos e juros sobre capital próprio.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.

Os dividendos e juros sobre capital próprio serão declarados na AGOE no dia 28 de outubro de 2025, assim como a identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre o capital próprio já declarados

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

b. Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Ação	Período	Ordinárias	Preferenciais
Resultado Líquido	2024/2025	0,884509186	0,884509186
	2023/2024	0,399837510	0,399837510
	2022/2023	1,019802323	1,019802323
Dividendos	2024/2025	0,124879055	0,124879055
	2023/2024	0,130826524	0,130826524
	2022/2023	0,212294393	0,212294393
Juros /Capital Próprio	2024/2025	0,140210092	0,140210092
	2023/2024	0,139919514	0,139919514

8. Havendo destinação de lucros a reserva legal

a. Identificar o montante destinado a reserva legal

Foi destinado o montante de R\$ 2.124.878 à constituição da Reserva Legal.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

	Valor
Lucro líquido do exercício	42.497.560
Parcela destinada	5%
Reserva legal constituída	2.124.878

O saldo de R\$ 18.735.313 foi constituído à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

O capital da Companhia é distribuído em ações ordinárias e preferenciais. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas tem direito a um dividendo fixo, não cumulativo de 12% ao ano sobre o equivalente ao seu valor nominal, ou seja, sobre o produto da divisão do Capital Social pelo número de ações existentes.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

As ações preferenciais têm direito a um dividendo fixo, não cumulativo de 12% ao ano sobre o equivalente ao seu valor nominal, ou seja, sobre o produto da divisão do Capital Social pelo número de ações existentes e aos acionistas é assegurado o dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado na forma da lei, além de assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Sim, a proposta de distribuição de resultados contempla o pagamento integral dos dividendos obrigatórios.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

c. Explicar por que a perda foi considerada provável

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

b. Identificar o montante destinado à reserva

c. Descrever como o montante foi calculado

Prevê o Estatuto da Companhia que do resultado do exercício, após as deduções legalmente previstas, será retirada parcela destinada à participação dos administradores no lucro, observados os limites definidos em lei, e cujo pagamento ficará condicionado à efetiva atribuição aos acionistas do dividendo obrigatório, sendo o lucro líquido remanescente, assim distribuído:

- (a) 5% (cinco por cento) para a constituição de Reserva Legal e que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social;
- (b) do saldo remanescente, ajustado na forma da lei, 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento de dividendos aos acionistas; e
- (c) o saldo, se for o caso, que não for apropriado à Reserva para Aumento de Capital, Investimentos e Capital de Giro, ou retido na forma prevista em orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral, será destinado para pagamento de dividendo suplementar aos acionistas.

A Reserva para Aumento de Capital, Investimentos e Capital de Giro tem por finalidade assegurar investimentos em bens do imobilizado e acréscimo do capital de giro. Será formada com o saldo do lucro ajustado após dele deduzido o dividendo obrigatório e terá como limite máximo importe que não poderá exceder, em conjunto com a reserva legal, o valor do capital social. A Assembleia Geral, quando entender suficiente o valor da dita reserva estatutária, poderá destinar o excesso para distribuir dividendos ou para aumento de capital.

O montante destinado a reserva foi calculado conforme o quadro abaixo:

Constituição das reservas	30.133.792
Reserva Legal	2.124.878
Reserva de Aumento de Capital, Investimentos e Capital de Giro	28.008.914

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

- a. **Identificar o montante da retenção**
- b. **Fornecer cópia do orçamento de capital**
Não aplicável

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

- a. **Informar o montante destinado a reserva**
Não aplicável
- b. **Explicar a natureza da destinação**
Não aplicável

III - Currículos dos candidatos e informações indicadas nos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência

A seguir estão detalhadas as informações indicadas nos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência, relativas aos candidatos indicados pelo acionista controlador para compor o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal (se for o caso), na AGOE a ser realizada no dia 28 de outubro de 2025.

7.3. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

Conselho de Administração:

	Carla Francisca Pettenati	Cláudio José Rossi
a. Nome	Carla Francisca Pettenati	Cláudio José Rossi
b. Data de nascimento	29/10/1964	17/04/1946
c. Profissão	Industrial	Economista
d. CPF	553.214.020-00	006.599.670-49
e. Cargo eletivo ocupado	Presidente do Conselho de Administração e Diretora Comercial	Vice-presidente do Conselho de Administração
f. Data da eleição	23/10/2024	23/10/2024
g. Data da posse	23/10/2024	23/10/2024
h. Prazo do mandato (último)	1 ano	1 ano
i. Se foi eleito pelo controlador ou não	Sim	Sim
j. Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Não	Não
k. caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	28/10/2022	24/10/2013
l. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Superior em letras e Inglês Saint Godric's - Cambridge College - Londres Inglaterra. Superior incompleto em Administração de Empresas pela Universidade de Caxias do Sul.	Pettenati S.A. Indústria Têxtil (Companhia Aberta) – Conselheiro de Administração até a presente data e Diretor Administrativo e de Relações com investidores até Out/2013. – Atividade principal: indústria têxtil
m. Descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. condenação criminal ii. condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas iii. condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não possui condenações criminais; não foi condenado em processo administrativo da CVM; e, não foi condenado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.	Não possui condenações criminais; não foi condenado em processo administrativo da CVM; e, não foi condenado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

Conselho Fiscal:

Membros titulares		
a. Nome:	Zulmar Neves	Renato Gomes Ritter
b. Data de nascimento	24/03/1950	16/06/1954
c. Profissão	Advogado	Contador
d. CPF	009.650.490-00	208.090.500-72
e. Cargo eletivo ocupado	Conselheiro fiscal	Conselheiro fiscal
f. Data da eleição	23/10/2024	23/10/2024
g. Data da posse	23/10/2024	23/10/2024
h. Prazo do mandato	1 ano	1 ano
i. Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim	Sim
j. Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Não	Não
k. caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	23/10/2008	28/10/2022
l. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	<p>Pettenati S.A. Indústria Têxtil (Companhia Aberta) – Conselheiro fiscal até esta data – Atividade principal: indústria têxtil. Zulmar Neves Advocacia – Diretor geral até a presente data – Atividade principal: empresa de advocacia. Randon S.A. Implementos e Participações (Companhia Aberta) – foi membro do Conselho Fiscal – Atividade principal: indústria de veículos automotores, rebocados e de vagões</p>	<p>Pettenati S.A. - Indústria Têxtil - 21/06/1986 - 02/06/2022 Cargo Inicial: Chefe Departamento de Custos Cargo intermediário: Gerente de Custos Cargo intermediário: Gerente de Custos e Planejamento Cargo Final: Assessor da Presidência</p> <p>Produtos Alimentícios Corsetti S.A. – 26/05/77 a 20/01/86 Cargo Inicial: Encarregado de Crédito e Cobrança Cargo intermediário: Chefe de custos Cargo Final: Contador, Custos e Planejamento</p> <p>Luiz Michielon S.A. Ind. E Com – 03/04/75 a 09/02/77 Cargo inicial: Auxiliar de Contabilidade Cargo intermediário: Chefe Departamento De Pessoal Cargo intermediário: Chefe de escritório Cargo Final: Contador</p>
m. Descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. condenação criminal ii. condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas iii. condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	<p>Não possui condenações criminais; não foi condenado em processo administrativo da CVM; e, não foi condenado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.</p>	<p>Não possui condenações criminais; não foi condenado em processo administrativo da CVM; e, não foi condenado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.</p>

Membros Suplentes		
a. Nome:	João Carlos Franzoi Basso	Carlos Augusto Squizzato
b. Data de nascimento	29/04/1968	28/03/1961
c. Profissão	Advogado	Administrador
d. CPF	527.287.140-53	311.468.480-72
e. Cargo eletivo ocupado	Conselheiro Fiscal	Conselheiro Fiscal
f. Data da eleição	23/10/2024	-
g. Data da posse	23/10/2024	-
h. Prazo do mandato	1 ano	1 ano
i. Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim	Sim
j. Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Não	Não
k. caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	29/10/2010	-
l. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Pettenati S.A. Indústria Têxtil (Companhia Aberta) – Conselheiro fiscal suplente até esta data – Atividade principal: indústria têxtil. Zulmar Neves Advocacia – Diretor até a presente data – Atividade principal: empresa de advocacia.	Fabmed Distribuidora Hospitalar – Diretor Executivo até a presente data – Atividade principal: Distribuição de medicamentos.
m. Descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. condenação criminal ii. condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas iii. condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não possui condenações criminais; não foi condenado em processo administrativo da CVM; e, não foi condenado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.	Não possui condenações criminais; não foi condenado em processo administrativo da CVM; e, não foi condenado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

7.4. Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Conselho consultivo

a. Nome:	Franceschina Libonatti Pettenati
b. Idade	11/07/1948
c. Profissão	Empresária
d. CPF	098.321.650-91
e. Cargo eletivo ocupado	Conselheira consultiva
f. Data da eleição	23/10/2024
g. Data da posse	23/10/2024
h. Prazo do mandato (último)	1 ano
i. Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
j. Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Não
k. caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	21/11/2017
l. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Pettenati S.A. Indústria Têxtil (Companhia Aberta) – Conselheira Consultiva até esta data – Atividade principal: indústria têxtil.
m. Descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. condenação criminal ii. condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas iii. condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não possui condenações criminais; não foi condenado em processo administrativo da CVM; e, não foi condenado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

7.5. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. administradores do emissor**
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor**
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor**
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor**

Das pessoas indicadas pelo acionista controlador aos cargos de administradores na AGOE de 28 de outubro de 2025, somente as pessoas abaixo relacionadas têm relação de parentesco mencionada no item 7.5 acima.

Franceschina Libonatti Pettenati – Conselheira Consultiva

Pessoas Relacionadas:

- ⇒ Mãe de Otávio Ricardo Pettenati - Diretor Presidente e de RI e sócio administrador da controladora Gladium Adm. e Part. Ltda
- ⇒ Mãe de Carla Francisca Pettenati – Diretora Comercial e sócia da controladora Gladium Adm. e Part. Ltda

- ⇒ Mãe de Fernanda Maria Pettenati – Diretora de Marketing e sócia da controladora Gladium Adm. e Part. Ltda
- ⇒ Mãe de Roberta Daniela Pettenati – Diretora Industrial e sócia administradora da controladora Gladium Adm. e Part. Ltda

Otávio Ricardo Pettenati – Diretor Presidente e de RI e sócio administrador de Gladium Administração e Participações Ltda. (controladora)

Pessoas Relacionadas:

- ⇒ Irmão de Carla Francisca Pettenati – Diretora Comercial e sócia da controladora Gladium Adm. e Part. Ltda
- ⇒ Irmão de Fernanda Maria Pettenati – Diretora de Marketing e sócia da controladora Gladium Adm. e Part. Ltda
- ⇒ Irmão de Roberta Daniela Pettenati – Diretora Industrial e sócia administradora da controladora Gladium Adm. e Part. Ltda

Carla Francisca Pettenati – Diretora Comercial, Presidente do Conselho de Administração, e sócia de Gladium Administração e Participações Ltda. (controladora)

Pessoas Relacionadas:

- ⇒ Irmã de Otávio Ricardo Pettenati – Diretor Presidente e de RI e sócio administrador da controladora Gladium Adm. e Part. Ltda
- ⇒ Irmã de Fernanda Maria Pettenati – Diretora de Marketing e sócia da controladora Gladium Adm. e Part. Ltda
- ⇒ Irmã de Roberta Daniela Pettenati – Diretora Industrial e sócia administradora da controladora Gladium Adm. e Part. Ltda

Fernanda Maria Pettenati – Diretora de Marketing e sócia de Gladium Administração e Participações Ltda. (controladora)

Pessoas Relacionadas:

- ⇒ Irmã de Otávio Ricardo Pettenati – Diretor Presidente e de RI e sócio administrador da controladora Gladium Adm. e Part. Ltda
- ⇒ Irmã de Carla Francisca Pettenati – Diretora Comercial e sócia da controladora Gladium Adm. e Part. Ltda
- ⇒ Irmã de Roberta Daniela Pettenati – Diretora Industrial e sócia administradora da controladora Gladium Adm. e Part. Ltda

Roberta Daniela Pettenati – Diretora Industrial e sócia administradora de Gladium Administração e Participações Ltda. (controladora)

Pessoas Relacionadas:

- ⇒ Irmã de Otávio Ricardo Pettenati – Diretor Presidente e de RI e sócio administrador da controladora Gladium Adm. e Part. Ltda
- ⇒ Irmã de Fernanda Maria Pettenati – Diretora de Marketing e sócia da controladora Gladium Adm. e Part. Ltda
- ⇒ Irmã de Carla Francisca Pettenati – Diretora Comercial e sócia da controladora Gladium Adm. e Part. Ltda

7.6. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a. **sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% (noventa e nove por cento) do capital social**
- b. **controlador direto ou indireto do emissor**
- c. **caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas**

Os candidatos a administradores e fiscais da Companhia não têm relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, (i) com sociedade controlada, direta ou indiretamente pela Companhia; (ii) com o acionista controlador direto ou indireto da Companhia; com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controladora ou controladas de algumas dessas pessoas.

IV - Proposta de Remuneração - Item 8 do FRE

RESOLUÇÃO CVM 81/22, ARTIGO 13, INCISO I

A proposta para remuneração dos administradores que será apresentada para deliberação na Assembleia Geral de 28 de outubro de 2025, será no valor global mensal de até R\$ 540.000,00 que compreende o conselho de administração e a diretoria.

O valor poderá ser corrigido mensalmente com base na variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas ou outro índice oficial de aferição da desvalorização da moeda que vier a substituí-lo.

8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

As práticas de remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e dos membros do Conselho Fiscal alinham-se aos interesses da Companhia e têm o objetivo de reconhecer os profissionais pelo desempenho de suas funções, visando estimulá-los a contribuir e a buscar cada vez mais a expansão dos negócios, levando em consideração as responsabilidades de cada membro e o tempo dedicado às suas funções. Os honorários anuais do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal são pagos em doze parcelas.

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam
Conselho de administração e diretoria decidem em reuniões de alinhamento.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Não existe metodologia única de cálculo e reajuste, pois são levados em consideração diversos fatores. Os honorários são reajustados de acordo com as práticas de mercado bem como parâmetros de inflação e a assistência médica obedece aos limites estabelecidos pela Agência Nacional de Saúde (ANS).

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Não há política de remuneração, somente reuniões anuais para definição da remuneração dos órgãos estatutários.

c. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A remuneração é composta de honorários fixos e assistência médica.

A parte fixa tem por objetivo remunerar os administradores e fiscais pelo exercício de suas funções de acordo com as práticas de mercado e a assistência médica tem como propósito facilitar o acesso a saúde.

Aos Conselheiros Fiscais é paga uma remuneração mensal fixa, correspondente a não menos do que 10% da que em média for atribuída a cada Diretor.

Cabe aos Conselheiros Fiscais, ainda, o reembolso das despesas com locomoção e estada, necessárias ao desempenho de suas funções.

A distribuição da remuneração deve observar o montante aprovado em Assembleia Geral.

ii. razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração dos administradores da Companhia é definida considerando o reconhecimento pelo exercício de suas funções, bem como as práticas de mercado.

iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não existem membros não remunerados nos órgãos de administração da companhia.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não se aplica

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não se aplica

8.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Prevista

Informação	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria
Número de membros	3	3	5
Membros remunerados	2	3	5
Remuneração fixa			
Salário ou pró-labore	530.000	290.000	4.800.000
Benefícios diretos ou indiretos	-	-	-
Remuneração por participação em comitês	-	-	-
Outros	15.000	-	300.000
Remuneração variável			
Bônus	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-
Comissões	-	-	-
Outros	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	-	-	-
Valor total da remuneração do órgão			
Valor total da remuneração	545.000	290.000	5.100.000

Exercício 2024/2025

Informação	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria
Número de membros	3	3	5
Membros remunerados	2	3	5
Remuneração fixa			
Salário ou pró-labore	498.000	270.000	4.500.000
Benefícios diretos ou indiretos	-	-	-
Remuneração por participação em comitês	-	-	-
Outros	10.500	-	270.000
Remuneração variável			
Bônus	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	950.000
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-
Comissões	-	-	-
Outros	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-

Remuneração baseada em ações, incluindo opções	-	-	-
Valor total da remuneração do órgão			
Valor total da remuneração	508.500	270.000	5.720.000

Exercício 2023/2024

Informação	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria
Número de membros	3	3	5
Membros remunerados	2	3	5
Remuneração fixa			
Salário ou pró-labore	550.000	230.000	3.800.000
Benefícios diretos ou indiretos	-	-	-
Remuneração por participação em comitês	-	-	-
Outros	10.000	-	260.000
Remuneração variável			
Bônus	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	450.000
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-
Comissões	-	-	-
Outros	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	-	-	-
Valor total da remuneração	560.000	230.000	4.510.000

Exercício 2022/2023

Informação	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria
Número de membros	3	3	4
Membros remunerados	2	3	4
Remuneração fixa			
Salário ou pró-labore	404.800	261.600	4.268.000
Benefícios diretos ou indiretos	-	-	-
Remuneração por participação em comitês	-	-	-
Outros	-	-	309.878
Remuneração variável			
Bônus	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	1.000.000
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-
Comissões	-	-	-
Outros	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	-	-	-
Valor total da remuneração	404.800	261.600	5.577.878

8.3 - Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração Variável paga no exercício 2024/2025			
Órgão	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria
Número total de membros	3	3	5
Número de membros remunerados	2	3	5
Em relação ao bônus	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Em relação à participação no resultado			
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração (*)	Não se aplica	Não se aplica	950.000
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração (*)			
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas (*)			
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado			
(*) A Companhia não possui plano de remuneração para os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria. Porém, de acordo com o art. 42 do Estatuto Social dispõe: "Do resultado do exercício, após as deduções legalmente previstas, será retirada parcela destinada à participação dos administradores no lucro, observados os limites definidos em lei, e cujo pagamento ficará condicionado à efetiva atribuição aos acionistas do dividendo obrigatório estipulado neste artigo (...)"			

Remuneração Variável paga no exercício 2023/2024			
Órgão	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria
Número total de membros	3	3	5
Número de membros remunerados	2	3	5
Em relação ao bônus	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Em relação à participação no resultado			
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração (*)	Não se aplica	Não se aplica	450.000
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração (*)			
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas (*)			
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado			
(*) A Companhia não possui plano de remuneração para os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria. Porém, de acordo com o art. 42 do Estatuto Social dispõe: "Do resultado do exercício, após as deduções legalmente previstas, será retirada parcela destinada à participação dos administradores no lucro, observados os limites definidos em lei, e cujo pagamento ficará condicionado à efetiva atribuição aos acionistas do dividendo obrigatório estipulado neste artigo (...)"			

Remuneração Variável paga no exercício 2022/2023			
Órgão	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria
Número total de membros	3	3	4
Número de membros remunerados	2	3	4
Em relação ao bônus	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Em relação à participação no resultado			
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração (*)	Não se aplica	Não se aplica	1.000.000
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração (*)			

iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas (*)			
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado			
<p>(*) A Companhia não possui plano de remuneração para os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria. Porém, de acordo com o art. 42 do Estatuto Social dispõe: "<i>Do resultado do exercício, após as deduções legalmente previstas, será retirada parcela destinada à participação dos administradores no lucro, observados os limites definidos em lei, e cujo pagamento ficará condicionado à efetiva atribuição aos acionistas do dividendo obrigatório estipulado neste artigo (...)</i>".</p>			

8.4 - Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

8.5 - Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não se aplica.

8.6 - Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não se aplica.

8.7 - Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não se aplica

8.8 - Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não se aplica

8.9 Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável

8.10 Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não se aplica

8.11. Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável

8.12 - Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

Não se aplica

8.13 - Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.

Pettenati S.A. Indústria Têxtil – 30/06/2025

Órgão	Ações	
	Ordinárias	Preferenciais
Conselho de Administração	40	0
Diretoria	16	0
Conselho Fiscal	0	0

8.14 - Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Não se aplica.

8.15 - Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal

Órgão	Membros	Membros Remunerados	Exercício 2024/2025			Exercício 2023/2024			Exercício 2022/2023		
			Máxima	Média	Mínima	Máxima	Média	Mínima	Máxima	Média	Mínima
Conselho de Administração	3	2	300.000	237.000	174.000	300.000	237.000	174.000	240.000	180.000	120.000
Diretoria	5	5	1.368.000	960.000	552.000	1.344.000	936.000	528.000	1.332.000	906.000	480.000
Conselho Fiscal	3	3	88.440	88.440	88.440	93.600	93.600	93.600	90.600	90.600	90.600

8.16 - Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não se aplica

8.17 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Órgão	(Previsto) Jul./25 a Jun./26	Jul./24 a Jun./25	Jul./23 a Jun./24	Jul/22 a Jun./23
Conselho de Administração	-	-	-	-
Diretoria	87,84%	87,84%	87,41%	84,70%
Conselho Fiscal	-	-	-	-

8.18 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não se aplica

8.19 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não se aplica

8.20 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Nada a informar.

V - Proposta de Aumento de Capital e Nova Redação do Estatuto Social

Anexo E à resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022

Aumento de capital

Art. 1º O emissor deve divulgar ao mercado o valor do aumento e do novo capital social, e se o aumento será realizado mediante: I – Conversão de debêntures ou outros títulos de dívida em ações; II – Exercício de direito de subscrição ou de bônus de subscrição; III – capitalização de lucros ou reservas; ou IV – Subscrição de novas ações.

O capital social será aumentado em R\$16.000.000,00, passando de R\$100.000.000,00 para R\$116.000.000,00, sem emissão de novas ações, nos termos do Artigo 169 da Lei 6404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“LSA”).

O aumento será realizado mediante capitalização parcial do saldo da Reserva de Aumento de Capital, Investimentos e Capital de Giro, prevista no Artigo 42, § único do Estatuto Social.

Parágrafo único. O emissor também deve:

I – Explicar, pormenorizadamente, as razões do aumento e suas consequências jurídicas e econômicas;

A proposta de aumento de capital é motivada pelo atingimento dos limites previstos no Estatuto Social e no Artigo 199 da LSA. O aumento não implicará em nenhuma consequência jurídica ou econômica para a Companhia ou terceiros, pois não envolve desembolso de recursos, somente a reclassificação da composição do Patrimônio Líquido da Companhia, por obediência à legislação.

II – Fornecer cópia do parecer do conselho fiscal, se aplicável.

O parecer do Conselho Fiscal está na ata da reunião desse órgão realizada em 24 de setembro de 2025, disponível nos websites da CVM, da B3 e de Relações com Investidores da Companhia.

Art. 2º Em caso de aumento de capital mediante subscrição de ações, o emissor deve:

Não aplicável.

Art. 3º Em caso de aumento de capital mediante capitalização de lucros ou reservas, o emissor deve:

I – Informar se implicará alteração do valor nominal das ações, caso existente, ou distribuição de novas ações entre os acionistas;

Não Aplicável. As ações emitidas pela Companhia não possuem valor nominal.

II – Informar se a capitalização de lucros ou reservas será efetivada com ou sem modificação do número de ações, nas companhias com ações sem valor nominal;

O aumento de capital proposto não acarretará modificação do número de ações.

III – em caso de distribuição de novas ações:

a) informar o número de ações emitidas de cada espécie e classe;

b) informar o percentual que os acionistas receberão em ações;

c) descrever os direitos, vantagens e restrições atribuídos às ações a serem emitidas;

d) informar o custo de aquisição, em reais por ação, a ser atribuído para que os acionistas possam atender ao art. 10 da Lei 9.249, de 26 de dezembro de 1995; e

e) informar o tratamento das frações, se for o caso;

Não aplicável.

IV – Informar o prazo previsto no § 3º do art. 169 da Lei 6.404, de 1976; e

Não aplicável.

V – Informar e fornecer as informações e documentos previstos no art. 2º acima, quando cabível.

Não aplicável.

Art. 4º Em caso de aumento de capital por conversão de debêntures ou outros títulos de dívida em ações ou por exercício de bônus de subscrição, o emissor deve:

Não aplicável.

Art. 5º O disposto nos arts. 1º a 4º deste Anexo não se aplica aos aumentos de capital decorrentes de plano de opção, caso em que o emissor deve informar:

Não aplicável.

Alterando o estatuto na redação dos seguintes artigos:

Art. 5º - O capital social é de R\$ 116.000.000,00 (Cento e dezesseis milhões de reais), divididos em 48.046.488 (quarenta e oito milhões, quarenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e oito) ações nominativas sem valor nominal sendo 16.016.924 (dezesseis milhões, dezesseis mil e novecentas e vinte e quatro) ações ordinárias e 32.029.564 (trinta e dois milhões, vinte e nove mil e quinhentos e sessenta e quatro) ações preferenciais.

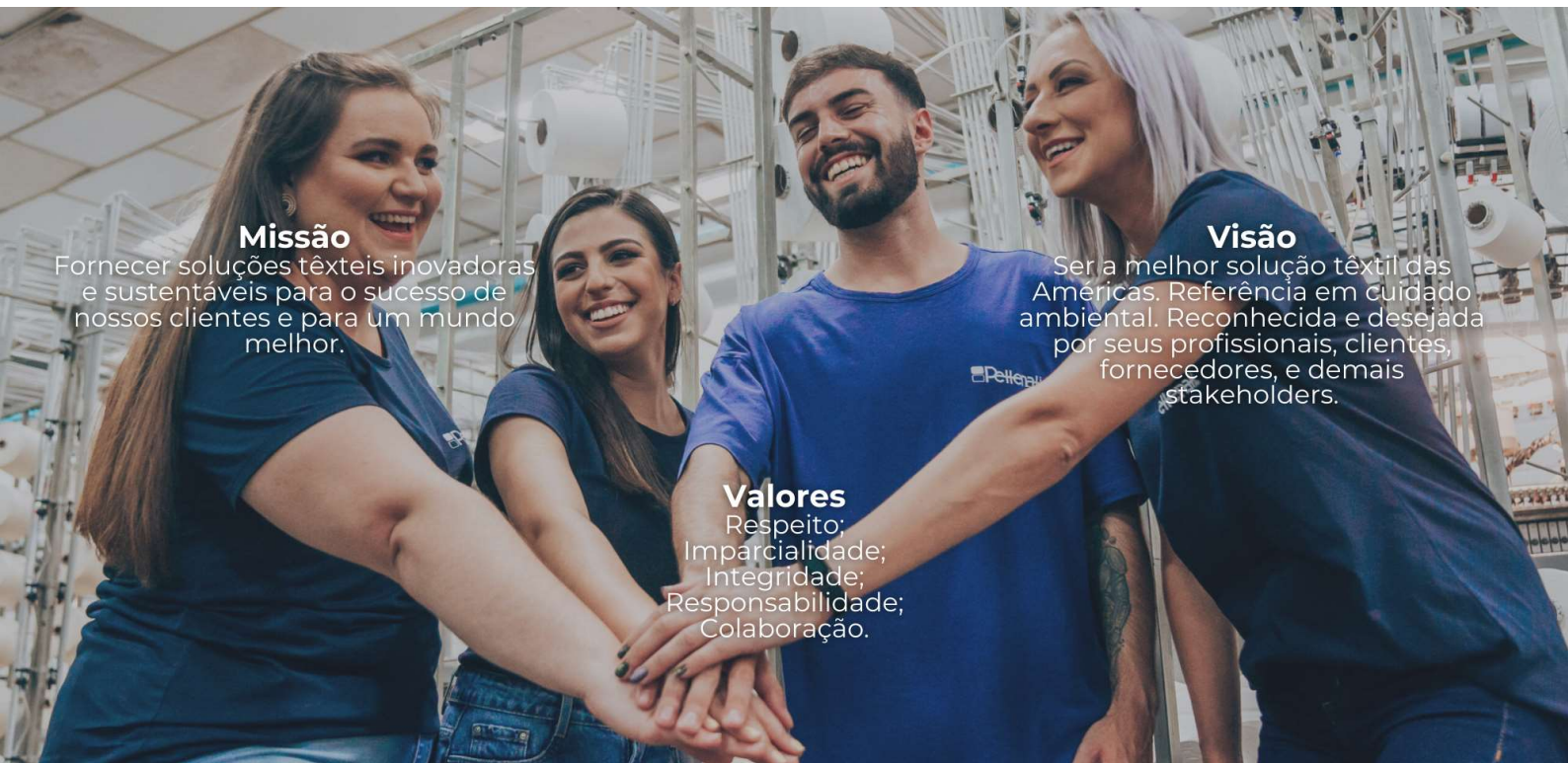
Parágrafo 1 – As ações preferenciais não terão direito a voto, mas receberão um dividendo fixo, não cumulativo de 12% (doze por cento) ao ano, sobre o equivalente ao seu valor nominal, ou seja, sobre o produto da divisão do capital social pelo número de ações existentes.

Parágrafo 2 – Os possuidores de ações preferenciais poderão assistir às Assembleias Gerais e tomar parte nos respectivos debates, sem o exercício de direito de voto.

Parágrafo 3 – Poderão ser emitidas ações preferenciais até 2/3 (dois terços) do total de ações.

Parágrafo 4 – Por deliberação do Conselho de Administração, e independentemente de reforma estatutária, a companhia poderá aumentar seu capital em até mais 5.479.233.218 ações ordinárias e 10.958.466.436 ações preferenciais, nominativas, e sem valor nominal.

Parágrafo 5 - As ações preferenciais terão o direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, lhes sendo assegurado, juntamente com os acionistas minoritários detentores de ações ordinárias, o preço no mínimo igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, além de assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias.



Missão

Fornecer soluções têxteis inovadoras e sustentáveis para o sucesso de nossos clientes e para um mundo melhor.

Visão

Ser a melhor solução têxtil das Américas. Referência em cuidado ambiental. Reconhecida e desejada por seus profissionais, clientes, fornecedores, e demais stakeholders.

Valores

Respeito;
Imparcialidade;
Integridade;
Responsabilidade;
Colaboração.

